

COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Tecidos Santanense (“Companhia”) é uma companhia aberta, cujas ações são negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) sob as siglas “CTSA3” e “CTSA4”. A Companhia é controlada pela Oxford Comércio e Participações S.A. (“Oxford”) e sediada na avenida Osmane Barbosa, número 1.235, em Montes Claros, MG. A Companhia e suas controladas têm por objetivo social a indústria têxtil; atividades afins; confecção e comercialização de produtos do vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPI, destinados à segurança do trabalho; a exportação e importação de produtos ligados à sua finalidade, podendo participar do capital de outras empresas e adquirir títulos negociáveis no mercado de capitais. A Companhia possui ainda a controlada operacional, Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda., cujo objetivo é a administração de imóveis para investimento.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 30 de março de 2020.

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras individuais (“Controladora”) e consolidadas (“Consolidado”), elaboradas, simultaneamente, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2019. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem com as utilizadas pela administração da Companhia em sua gestão.

2.1 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional das suas controladas a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b) Conversão dos saldos

Os resultados e a posição financeira da sucursal Argentina incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia possuem moeda funcional diferente da moeda de apresentação e são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras;
- ii) as contas de resultado são convertidas pela taxa mensal do câmbio; e
- iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica “Ajuste acumulado de conversão” e são apresentadas como outros resultados abrangentes na demonstração do resultado abrangente.

2.2 – Práticas contábeis

Os principais critérios adotados na elaboração das demonstrações financeiras são como segue:

(a) Apuração do resultado--O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas no resultado do exercício como “Outras, líquidas”.

(b) Instrumentos financeiros--A Companhia classifica ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado (“FVTPL”), ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”) e ao custo amortizado.

i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e despreconhecimento

A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros quando, e somente quando, se tornar parte das disposições contratuais dos instrumentos. A Companhia despreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia despreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo ou passivo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado com o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo ou passivo.

iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Os instrumentos financeiros classificados no passivo, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

iv) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os instrumentos derivativos contratados não são designados para a contabilização de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado.

(c) Redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros--Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada, que inclui as perdas de crédito esperadas. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do

ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(d) Caixa e equivalentes de caixa--Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

(e) Duplicatas a receber de clientes e provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa--As duplicatas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa. A Companhia adotou a mensuração da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa com base em toda a vida dos instrumentos, utilizando a abordagem simplificada, considerando o histórico de movimentações e perdas históricas. Como regra geral, os títulos vencidos há mais de 180 dias representam um relevante indicativo de perda esperada, e são avaliados individualmente.

(f) Estoques--São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção que são inferiores aos valores de realização líquida e estão demonstrados líquidos da provisão para perdas com itens descontinuados e/ou obsoletos. Os valores de realização líquida são os preços estimados de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão de fabricação e despesas de vendas diretamente relacionadas.

(g) Investimentos--Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado pelas controladas na mesma data-base da controladora. O valor do patrimônio líquido da controlada sediada no exterior é convertido para Reais com base na taxa corrente de sua moeda funcional e a variação cambial apurada é registrada na conta de “Ajuste acumulado de conversão” no patrimônio líquido e também apresentado como “Outros resultados abrangentes” na demonstração do resultado abrangente.

(h) Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos--São reconhecidos como despesas quando incorridos, exceto quando atendem os critérios para capitalização.

(i) Propriedades para investimento--São propriedades mantidas para obter renda ou valorização do capital. São registradas inicialmente ao custo e incluem os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo valor justo em contrapartida de resultados abrangentes líquidas dos efeitos tributários, e a partir de então, são avaliadas anualmente ao valor justo e as variações decorrentes desta avaliação e os efeitos tributários, são reconhecidos no resultado do exercício.

(j) Imobilizado--Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos.

A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

	Vida útil
Edifícios	40 anos
Instalações	15 anos
Máquinas e equipamentos	15 anos
Usina hidroelétrica (Pequena Central Hidroelétrica)	25 anos
Móveis, utensílios e outros	5 a 15 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada exercício.

(k) Direito de uso--A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos, ajustado a valor presente. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

(l) Intangível--Refere-se a marcas adquiridas. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.

(m) Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros--Os bens do imobilizado, os intangíveis e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente, ou sempre que as circunstâncias indicarem que seu valor contábil não seja recuperável. As perdas decorrentes desta avaliação, quando existentes, são reconhecidas no resultado do exercício.

(n) Imposto de renda e contribuição social--A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34% sobre o resultado tributável. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no exercício, se aplicável. Para a controlada sediada no exterior, a alíquota de imposto é de 35%.

(o) Imposto de renda e contribuição social diferidos--São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas. Somente é reconhecido um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro.

(p) Arrendamentos a pagar--A mensuração do passivo de arrendamento, correspondem ao total dos pagamentos futuros de aluguéis. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de empréstimo, e quando aplicável, são ajustados por alterações e atualizações previstas nos contratos. A contrapartida é contabilizada como direito de uso e amortizado durante o período do contrato de arrendamento pelo método linear. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescente dos contratos. A taxa incremental de empréstimo corresponde à taxa de juros que a Companhia teria que pagar, caso contratasse financiamento para a aquisição de ativos similares aos direitos de uso, com valor similar e sob as mesmas condições contratuais e econômicas do arrendamento.

(q) Provisões diversas--São constituídas em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante.

(r) Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação--O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do exercício atribuído aos acionistas da companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação para presumir a conversão de ações

potenciais a serem emitidas. A Companhia não possui potencial de emissão de novas ações e, portanto, de diluição do lucro (prejuízo) por ação.

(s) Atualizações monetárias e cambiais--Os ativos e passivos sujeitos a atualizações monetárias ou cambiais estão atualizados monetariamente até a data do balanço, de acordo com as taxas publicadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN ou pelos índices contratualmente estipulados. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do exercício, exceto pelos ganhos e perdas cambiais sobre os investimentos em subsidiária no exterior, os quais são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica “Ajuste acumulado de conversão”.

(t) Reconhecimento de receita--A receita é mensurada pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita operacional é reconhecida quando o controle é transferido, isto é, na ocasião da entrega ao cliente.

(u) Demonstrações do Valor Adicionado (“DVA”)--Essas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. São apresentadas pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas das IFRS. As DVAs foram preparadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras.

2.3 – Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado, estimativa do valor de recuperação de ativos não financeiros, valor justo de propriedades para investimento, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, determinações de provisões para imposto de renda e determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

2.4 – Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“Santanense Empreendimentos”) e Santanense Argentina S.A., das quais possui 100% do capital social.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo suas respectivas naturezas, complementadas com a eliminação do investimento na empresa controlada, dos lucros não realizados e dos saldos das contas entre as empresas incluídas na consolidação.

O efeito da variação cambial para os investimentos no exterior está destacado na demonstração das mutações do patrimônio líquido na rubrica “Ajuste acumulado de conversão” e apresentado como “Outros resultados abrangentes” na demonstração do resultado abrangente. As práticas contábeis da controlada sediada no exterior foram ajustadas para as mesmas práticas contábeis da controladora.

As demonstrações financeiras da empresa controlada sediada no exterior foram convertidas para Reais, com base na taxa corrente do Peso Argentino vigente em 31 de dezembro de 2019, de R\$0,0673 (R\$0,1028 em 31 de dezembro de 2018) e pela média mensal para as contas de resultado.

2.5 – Novas IFRS, revisões das IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro do IASB).

- a) Os pronunciamentos contábeis do IASB abaixo listados foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

CPC 06 R2 (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil

Em janeiro de 2016 o IASB emitiu a IFRS 16 - Leasing, com principal objetivo de redefinir o reconhecimento dos arrendamentos mercantis operacionais. O correspondente Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil foi emitido em 21 de dezembro de 2017.

O novo pronunciamento introduz um modelo único para contabilização de contratos de arrendamento mercantil, eliminando a distinção entre arrendamentos operacionais e financeiros, resultando na contabilização da maioria dos contratos de arrendamento nos balanços das arrendatárias. A contabilidade dos arrendadores permanece substancialmente inalterada e a distinção entre contratos de arrendamento operacional e financeiro é mantida. A norma IFRS 16 substitui a norma IAS 17 e suas interpretações.

Abordagem de transição:

A Administração da Companhia optou pela abordagem de transição retrospectiva simplificada. Essa abordagem não impacta em lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial, uma vez que o montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar trazidos ao valor presente e possibilita a utilização de expedientes práticos.

Impactos no balanço patrimonial:

As contas patrimoniais sofreram alterações pelo reconhecimento de todos os compromissos futuros originados dos contratos no escopo do arrendamento. Na adoção inicial o ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar ajustados ao valor presente. O patrimônio líquido não sofreu impacto na adoção inicial devido à escolha pelo modelo da abordagem retrospectiva simplificada.

Vide notas explicativas nº9 e nº15 às demonstrações financeiras.

CPC 32 (IFRIC 23) - Incerteza sobre o tratamento de impostos sobre o lucro

Em junho de 2017 o IASB emitiu a IFRIC 23 - "Uncertainty over Income Tax Treatments", com o objetivo de clarificar a contabilização quando há incertezas dos impostos sobre o lucro regulamentados pelo IAS 12 - "Income Taxes", sendo o correspondente pronunciamento técnico o CPC 32. Este pronunciamento não gerou efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Depósitos bancários	1.667	1.463	1.667	1.463
Operações compromissadas	3.296	729	3.324	754
Depósitos no exterior	-	-	9	1
Cambiais a liquidar	6.473	2.363	6.473	2.363
	-----	-----	-----	-----
	11.436	4.555	11.473	4.581
	=====	=====	=====	=====

4. DUPLICATAS A RECEBER

	Controladora e consolidado	
	2019	2018
Clientes no mercado interno	104.686	100.798
Clientes no mercado externo	30.583	30.643
-----	-----	-----
	135.269	131.441
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(18.499)	(17.862)
-----	-----	-----
	116.770	113.579
=====	=====	=====

As duplicatas a receber de clientes são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de recebimento é de aproximadamente 89 dias (92 dias em 31 de dezembro de 2018).

Os valores vencidos estão apresentados abaixo e o saldo da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é considerado pela Administração suficiente para cobrir as perdas esperadas com estes títulos.

A Administração da Companhia considera que o risco relativo às duplicatas a receber de clientes é minimizado pelo fato da composição da carteira de clientes da Companhia ser diluída. A Companhia não identificou necessidade de ajustar o valor presente o saldo das duplicatas a receber.

A Companhia possui mais de 3.800 clientes ativos em 31 de dezembro de 2019 e apenas um cliente representa 4% ou mais da receita de vendas ou do contas a receber. A composição das duplicatas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora e consolidado	
	2019	2018
A vencer	99.776	101.495
Vencidas até 30 dias	6.936	5.087
Vencidas de 31 a 60 dias	3.428	3.404
Vencidas de 61 a 90 dias	2.345	413
Vencidas de 91 a 180 dias	1.586	515
Vencidas acima de 180 dias	21.198	20.527
-----	-----	-----
	135.269	131.441
=====	=====	=====

A movimentação da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora e consolidado	
	2019	2018
Saldo no início do exercício	(17.862)	(16.090)
Adições	(637)	(1.772)
-----	-----	-----
Saldo no final do exercício	(18.499)	(17.862)
=====	=====	=====

5. ESTOQUES E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

a. Estoques

	Controladora e consolidado	
	2019	2018
Matérias-primas e secundários	24.563	26.066
Produtos em elaboração	19.034	25.162
Produtos acabados	46.247	42.409
Peças de reposição	26.671	25.329
	-----	-----
	116.515	118.966
	=====	=====

b. Adiantamentos a fornecedores

Referem-se substancialmente a pagamentos efetuados pela controladora indireta à fornecedores de algodão, repassados para a Companhia, entre outros adiantamentos.

6. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

	Patri-mônio líquido	Partici-paço - %	Resultado do exercício	Total dos investimentos		Equivalência patrimonial	
				2019	2018	2019	2018
Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda.	35.710	100	(676)	35.710	36.386	(676)	(21)
Santanense Argentina S.A.	(61)	100	(6)	(61)	(81)	(6)	(26)
				-----	-----	-----	-----
				35.649	36.305	(682)	(47)
				=====	=====	=====	=====

7. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

Os saldos consolidados das propriedades para investimento são conforme segue:

	Imóveis Itaúna (1)	Outros imóveis (2)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	-	-	-
Transferência do disponível para venda	1.250	26	1.276
Avaliação inicial do valor justo (a)	28.926	7.334	36.260
	-----	-----	-----
Saldos em 31 de dezembro de 2018	30.176	7.360	37.536
Baixas	-	(1.481)	(1.481)
Variação do valor justo (b)	-	11	11
	-----	-----	-----
Saldos em 31 de dezembro de 2019	30.176	5.890	36.066
	=====	=====	=====

(a) Valores lançados como ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, deduzido de impostos.

(b) Valores lançados no resultado do respectivo exercício.

A Companhia obteve avaliações efetuadas por especialistas em avaliações imobiliárias para determinação do valor justo de todos os imóveis e, a diferença positiva entre o custo residual do imóvel e o valor justo apurado no valor de R\$34.794 (R\$36.260 em 2018), líquido dos efeitos tributários de R\$2.341 (R\$2.441 em 2018), foi registrada em “Outros resultados abrangentes”, na categoria de itens que não afetarão o resultado no caso de avaliação inicial ao valor justo e no resultado do exercício quando apurada variação do valor justo a partir da segunda mensuração.

(1) Imóveis Itaúna: Em 2018, a controlada Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda. deu início à elaboração de projeto conjunto com construtora parceira, para a instalação de loteamentos nos terrenos localizados na região de Itaúna, em Minas Gerais. A controlada prevê ceder seus terrenos para a instalação de loteamentos, em contrapartida à aproximadamente 36,5% de participação no valor total de vendas do referido loteamento, líquidos de impostos e comissões de venda. Com o direcionamento destes imóveis para este novo projeto, os valores dos terrenos foram transferidos para a rubrica “Propriedades para investimento”, avaliados ao valor justo.

Os valores apurados foram os seguintes:

	2019	2018
Custo residual do imóvel	1.250	1.250
Mais valia apurada (a)	28.926	28.926
-----	-----	-----
Valor justo (b)	30.176	30.176
=====	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$1.947. Vide nota explicativa nº 14.b às demonstrações financeiras.

(b) Valor justo apurado conforme laudos de avaliação efetuados por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para os respectivos exercícios. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

(2) Outros imóveis: Esses imóveis foram classificados como propriedades para investimento e são assim compostos:

	2019	2018
Custo residual do imóvel	22	26
Mais valia apurada (a)	5.868	7.334
-----	-----	-----
Valor justo (b)	5.890	7.360
=====	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$394 (R\$494). Vide nota explicativa nº 14.b às demonstrações financeiras.

(b) Valor justo apurado conforme laudos de avaliação efetuados por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para os respectivos exercícios. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

8. IMOBILIZADO

Taxa (*) %	Controladora e consolidado				2018 Líquido	
	2019		2018			
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido		
Terrenos e benfeitorias	-	1.440	-	1.440	1.440	
Edifícios	2,5	57.827	(31.233)	26.594	27.667	
Instalações	6,6	58.187	(42.157)	16.030	17.479	
Máquinas e equipamentos	6,7	211.059	(149.329)	61.730	68.794	
Usina hidroelétrica	4,0	20.111	(10.679)	9.432	9.134	
Móveis, utensílios e outros	11,8	10.735	(9.272)	1.463	1.636	
Obras em andamento	-	10.234	-	10.234	8.074	
	-----	-----	-----	-----	-----	
		369.593	(242.670)	126.923	134.224	
	=====	=====	=====	=====	=====	

(*) Taxa média ponderada anual de depreciação, excluindo os itens totalmente depreciados.

A Companhia possui apenas uma unidade geradora de caixa que contempla todos os seus ativos imobilizados e é representada basicamente por um único produto: "tecidos planos".

Tendo em vista sua rentabilidade e geração de caixa a Companhia não encontrou indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos como imobilizado.

A movimentação dos saldos de ativos imobilizados é conforme segue:

	Terrenos e benfeitorias	Edifícios	Instala- ções	Máquinas e equipa- mentos	Usina hidro- elétrica	Móveis, utensílios e outros	Obras em anda- mento (*)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.440	28.383	18.549	74.285	9.307	1.756	4.698	138.418
Adições	-	-	35	503	403	331	6.331	7.603
Baixas líquidas	-	-	-	(58)	-	(111)	(279)	(448)
Transferências								
- Imobilizado	-	574	731	1.304	-	67	(2.676)	-
Depreciação do exercício	-	(1.290)	(1.836)	(7.240)	(576)	(407)	-	(11.349)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.440	27.667	17.479	68.794	9.134	1.636	8.074	134.224
Adições	-	-	45	412	887	179	2.904	4.427
Baixas líquidas	-	-	(35)	(232)	-	(58)	(68)	(393)
Transferências								
- Imobilizado	-	230	404	30	(2)	14	(676)	-
Depreciação do exercício	-	(1.303)	(1.863)	(7.274)	(587)	(308)	-	(11.335)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.440	26.594	16.030	61.730	9.432	1.463	10.234	126.923
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(*) Obras em andamento correspondem principalmente a modernização de máquinas e equipamentos.

9. DIREITOS DE USO

A composição dos direitos de uso sobre arrendamentos contratados é como segue:

	Controladora e consolidado		
	2019		
	Taxa (1) % a.a.	Custo	Amortização acumulada
Imóveis	36,1	1.820	(626)
Veículos	70,1	516	(351)
	-----	-----	-----
		2.336	(977)
	=====	=====	=====
			1.359

A movimentação dos saldos consolidados dos direitos de uso no exercício foi como segue:

	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-	-
Adoção inicial IFRS 16/CPC 06 R2 (2)	1.820	465	2.285
Adições	-	51	51
Amortização do exercício	(626)	(351)	(977)
-----	-----	-----	-----
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.194	165	1.359
=====	=====	=====	=====

(1) A taxa média de amortização corresponde ao prazo médio dos contratos de arrendamentos dos respectivos bens de direito de uso.

(2) Vide nota explicativa nº 15 às demonstrações financeiras sobre adoção inicial do IFRS 16/CPC06 R2.

10. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fornecedores no mercado interno	39.671	16.983	39.671	16.978
Fornecedores no mercado externo	2.688	447	2.707	473
-----	-----	-----	-----	-----
	42.359	17.430	42.378	17.451
=====	=====	=====	=====	=====

As contas a pagar a fornecedores são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de pagamento é de aproximadamente 42 dias (19 dias em 31 de dezembro 2018).

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Moeda	Juros - % a.a.	Vencimento	Controladora e consolidado	
				2019	2018
Moeda estrangeira:					
Banco Safra S.A.	US\$	6,0	2020	7.328	19.858
Banco Industrial do Brasil S.A.	US\$	7,9 e 8,0	2019	10.958	3.921
Banco Itaú Unibanco S.A.	US\$	7,5	2019	-	12.821
				18.286	36.600
Moeda nacional:					
Banco do Brasil - Finame	R\$	2,5 a 5,5	2023	1.529	2.317
Banco Bradesco - Finame	R\$	4,5	2019	-	140
Banco Votorantim - Finame	R\$	3,5	2019	-	54
Banco Fibra S.A. - CCE	R\$	15,8	2022	819	4.065
Banco do Brasil - CDC	R\$	9,0 a 9,3	2020	19.630	18.006
BDMG S.A.	R\$	7,3 + CDI	2019	-	9.032
Banco ABC do Brasil S.A.	R\$	4,3 + CDI	2022	81.838	84.460
Banco Safra S.A. - CCB	R\$	5,3 + CDI	2020	7.984	12.581
Banco do Brasil S.A. - CCB	R\$	127,5 do CDI	2021	44.005	73.349
Banco Fibra S.A. - CCE	R\$	6,5 + CDI	2020	4.349	26.099
Banco Pine S.A.	R\$	6,3 a 7,8 + CDI	2020	11.736	15.063
Caixa Econômica Federal - CCB	R\$	166,3 do CDI	2022	21.843	-
Outros	R\$	-	2020	6.192	4.918
				199.925	250.084
Total				218.211	286.684
Circulante				(128.825)	(173.856)
				-----	-----
Não circulante				89.386	112.828
				=====	=====

Os empréstimos são garantidos por aval e imóveis no montante de R\$197.052 (R\$266.167 em 31 de dezembro de 2018).

Os vencimentos dos empréstimos são como segue:

	2020	2021	2022	2023	Total
Moeda estrangeira:					
Banco Safra S.A.	7.328	-	-	-	7.328
Banco Industrial do Brasil S.A.	10.958	-	-	-	10.958
	-----	-----	-----	-----	-----
	18.286	-	-	-	18.286
Moeda nacional:					
Banco do Brasil - Finame	674	410	410	35	1.529
Banco Fibra S.A. - CCE	9	-	810	-	819
Banco do Brasil - CDC	19.630	-	-	-	19.630
Banco ABC do Brasil S.A.	21.703	32.768	27.367	-	81.838
Banco Safra S.A. - CCB	7.984	-	-	-	7.984
Banco do Brasil S.A. - CCB	29.311	14.694	-	-	44.005
Banco Fibra S.A. - CCE	4.349	-	-	-	4.349
Banco Pine S.A.	11.736	-	-	-	11.736
Caixa Econômica Federal - CCB	8.951	8.145	4.747	-	21.843
Outros	6.192	-	-	-	6.192
	-----	-----	-----	-----	-----
	110.539	56.017	33.334	35	199.925
	-----	-----	-----	-----	-----
Total	128.825	56.017	33.334	35	218.211
	=====	=====	=====	=====	=====

A movimentação consolidada dos empréstimos foi como segue:

	2019	2018
Saldo no início do exercício	286.684	192.769
Novas captações ou renovações	138.140	275.821
Juros provisionados	26.347	23.135
Amortização de principal	(206.975)	(183.851)
Pagamento de juros	(28.101)	(25.385)
Variação cambial	1.414	6.390
Encargos antecipados, líquidos	702	(2.195)
	-----	-----
Saldo no final do exercício	218.211	286.684
	=====	=====

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital realizado

O capital social subscrito e realizado em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está representado como segue:

	Nº de ações
Ordinárias	38.041.111
Preferenciais:	
PN	1.256.792
PND	1.227

	39.299.130
	=====

Não houve movimentação do número de ações subscritas e realizadas para o período entre 1º de janeiro de 2018 e 31 de dezembro de 2019.

Todas as ações são nominativas, escriturais e sem valor nominal. As ações preferenciais e preferenciais classe "D" não possuem direito de voto e gozam das seguintes vantagens: (a) prioridade no reembolso do capital na hipótese de liquidação e (b) direito a dividendos de 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

b. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme a legislação societária e o estatuto.

Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados como segue:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	10.604	71.788
Reserva legal	(530)	(3.589)
Alienação de propriedades para investimento	1.377	-
Subvenção para investimento	(11.451)	(12.328)
-----	-----	-----
Base de cálculo para dividendos	-	55.871
Dividendos mínimos obrigatórios	-	13.968
Dividendos intermediários pagos no exercício	-	(1.380)
Saldo de distribuições anteriores	1.422	1.258
-----	-----	-----
Saldo de dividendos a pagar	1.422	13.846
=====	=====	=====

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 15 de maio de 2018, foi aprovada a distribuição de dividendos na forma do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia no valor total de R\$77.000, à conta de reservas de lucros existentes nas demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, para todos os acionistas da Companhia com posição acionária em 18 de maio de 2018, correspondendo a R\$1.95307883 por ação ordinária e R\$2.14838672 por ação preferencial e preferencial classe “D”, com pagamento a partir do dia 30 de junho de 2018. Os dividendos foram pagos a partir do dia 2 de julho de 2018. A parcela correspondente ao acionista controlador, direto e indireto, no valor de R\$67.528 foi totalmente reduzida do saldo de mútuo com a Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os dividendos mínimos obrigatórios totalizaram R\$13.968, equivalentes à R\$0,35428404 por ação ordinária e R\$0,38971245 por ação preferencial e preferencial classe “D” em circulação e foram reduzidos pelos dividendos intermediários já pagos no valor de R\$1.380, para todos os acionistas da Companhia com posição acionária em 14 de dezembro de 2018, correspondendo a R\$0,0350 por ação ordinária e R\$0,0385 por ação preferencial e preferencial classe “D”.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 9 de maio de 2019, foi ratificada a distribuição de dividendos mencionados acima, para distribuição a todos os acionistas da Companhia com posição acionária naquela data, com pagamento a ser realizado em 8 parcelas mensais a partir de 31 de maio de 2019.

A movimentação do saldo de dividendos a pagar foi como segue:

	<u>Controladora e consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	13.846
Dividendos pagos	(4.315)
Dividendos creditados com mútuos	(8.109)
-----	-----
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.422
=====	=====

c. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e tem como objetivo a aplicação em futuros investimentos.

d. Reserva de benefícios fiscais

A reserva de isenção de impostos foi constituída com base na redução de impostos estaduais.

e. Ajuste acumulado de conversão

É registrado como ajuste acumulado de conversão, a variação cambial de investimento no exterior, referente à controlada Santanense Argentina S.A.

f. Ajuste de avaliação patrimonial

É registrado como ajuste de avaliação patrimonial, o reflexo de controlada sobre a mais valia apurada no reconhecimento inicial das propriedades para investimento a valor justo, líquida de impostos (vide nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras).

13. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	A receber		A pagar	
	2019	2018	2019	2018
Controladora:				
Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS	35.878	12.199	-	-
Oxford Com. e Partic. S.A.	-	1.839	3.706	-
Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	-	1.844	1.268
Coteminas S.A.	-	-	8.674	-
	-----	-----	-----	-----
	35.878	14.038	14.224	1.268
	=====	=====	=====	=====
Consolidado:				
Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS	35.878	12.199	-	-
Oxford Com. e Partic. S.A.	-	1.839	3.706	-
Coteminas Argentina S.A.	-	-	51	73
Coteminas S.A.	-	-	8.674	-
	-----	-----	-----	-----
	35.878	14.038	12.431	73
	=====	=====	=====	=====
Encargos financeiros receitas/(despesas)				
	2019	2018		
Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS	5.924	9.940		
Oxford Com. e Partic. S.A.	34	(249)		
Coteminas S.A.	(243)	560		
	-----	-----		
Total	5.715	10.251		
	=====	=====		

Os saldos referem-se a mútuos contratados com a Companhia em condições equitativas de acordo com as práticas de mercado. Os encargos são calculados de acordo com o custo médio dos empréstimos da companhia cedente do recurso.

Em 2019, a Companhia adquiriu produtos intermediários da parte relacionada Coteminas S.A., no valor de R\$18.232 (R\$29.342 em 2018). As transações são efetuadas a preços de mercado. Em 31 de dezembro de 2019, não havia saldo contabilizado na rubrica “Adiantamentos a fornecedores” no ativo circulante (R\$7.500 em 31 de dezembro de 2018).

Em 2018, a Companhia possuía créditos, cedidos pela CTNM no valor de R\$35.055, sendo R\$23.455 apresentado em “Outros créditos a receber” no ativo circulante e R\$11.600 apresentado em “Outros créditos a receber” no ativo não circulante. Em 2019, a totalidade dos créditos atualizados foi transferida para a conta de mútuo com a Companhia.

A Encorpar Empreendimentos Imobiliários Ltda. e a Companhia possuem contrato de locação do imóvel onde se situam os seus escritórios. Em 2019, foram efetuados pagamentos no valor de R\$475 (R\$466 em 2018). Vide notas explicativas nº 9 e nº 15.

Os valores totais pagos e provisionados a diretores e pessoas-chave da Administração estão destacados nas demonstrações do resultado, sob a rubrica “Honorários da administração”. A Companhia não possui obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo aos diretores e pessoas-chave da Administração.

14. IMPOSTO DE RENDA E OUTROS IMPOSTOS

a. Conciliação da despesa de imposto de renda e de contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Resultado antes dos impostos	9.372	102.187	9.386	102.430
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	682	47	-	-
Subvenção para investimentos	(15.108)	(12.328)	(15.108)	(12.328)
Outras, líquidas	598	234	598	234
-----	-----	-----	-----	-----
Base de cálculo dos impostos sobre o lucro	(4.456)	90.140	(5.124)	90.336
Imposto de renda e contribuição social	1.515	(30.648)	1.742	(30.714)
Créditos fiscais não constituídos	(327)	154	(568)	(22)
Outras deduções	44	95	44	94
-----	-----	-----	-----	-----
Total dos impostos sobre o lucro	1.232	(30.399)	1.218	(30.642)
=====	=====	=====	=====	=====
Impostos sobre o lucro corrente	202	(897)	143	(1.140)
Impostos sobre o lucro diferido	1.030	(29.502)	1.075	(29.502)
=====	=====	=====	=====	=====

b. Impostos diferidos

Os valores de impostos diferidos, registrados nas demonstrações financeiras da controladora e consolidadas, são provenientes de provisões temporariamente não dedutíveis e prejuízos fiscais da controladora e de suas controladas e são compostos como segue:

	Saldos em 2018	Reconhecidos			Saldos em 2019		
		no resultado	no patrimônio líquido	Outros			
Consolidado:							
Imposto diferido ativo:							
Diferenças temporárias	4.507	(2.107)	-	-	2.400		
Prejuízo fiscal, líquido	17.768	2.171	-	-	19.939		
	-----	-----	-----	-----	-----		
	22.275	64	-	-	22.339		
Imposto diferido passivo:							
Propriedades para investimento (*)	(2.441)	45	-	55	(2.341)		
Diferenças temporárias	(27.960)	966	-	-	(26.994)		
	-----	-----	-----	-----	-----		
	(30.401)	1.011	-	55	(29.335)		
	-----	-----	-----	-----	-----		
Total do ativo (passivo) não circulante, líquidos	(8.126)	1.075	-	55	(6.996)		
	=====	=====	=====	=====	=====		

(*) Vide nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras.

A Companhia, com base em plano de negócios e projeções futuras, manteve os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados.

As projeções futuras consideram os resultados operacionais da Companhia, para os próximos 10 anos trazidos a valor presente e uma redução das taxas de juros ao longo desse período e o consequente custo da dívida, dentre outras ações. Com base nestas ações e nas premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos como segue:

Ano	Consolidado		
	Diferenças temporárias	Prejuízos fiscais	Total
2021	-	289	289
2022	-	600	600
2023	-	849	849
A partir de 2024	2.400	18.201	20.601
	-----	-----	-----
	2.400	19.939	22.339
	=====	=====	=====

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável, enquanto que os prejuízos fiscais são limitados a 30% do lucro tributável. Ambos não têm prazo para prescrição.

c. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	14.571	16.643	14.571	16.643
Pis e Cofins a recuperar (*)	83.485	85.743	83.485	85.743
INSS a recuperar	2.467	-	2.467	-
Imposto sobre valor agregado – IVA	-	-	1	107
Antecipação de impostos	1.392	3.944	1.397	3.948
IPI a recuperar	-	404	-	404
Outros	98	496	98	500
	-----	-----	-----	-----
Circulante	102.013	107.230	102.019	107.345
	(4.011)	(4.845)	(4.017)	(4.956)
	-----	-----	-----	-----
Não circulante	98.002	102.385	98.002	102.389
	=====	=====	=====	=====

(*) Inclui montante de R\$83.485 (R\$82.236 em 31 de dezembro de 2018) relacionados aos créditos gerados pela exclusão de ICMS na base de PIS e COFINS. Vide nota explicativa nº 17 às demonstrações financeiras.

15. ARRENDAMENTOS A PAGAR

A composição dos arrendamentos a pagar é como segue:

	Taxa % a.a.	Controladora e consolidado	
		Vencimentos	2019
Imóveis	10,34	2021	1.254
Veículos	10,34	2021	173
		-----	-----
Circulante			1.427
		(845)	-----
Não circulante			582
		=====	=====

Os vencimentos dos arrendamentos são como segue:

	2020	2021	Total
Imóveis	728	660	1.388
Veículos	161	19	180
	-----	-----	-----
Total bruto	889	679	1.568
Ajuste a valor presente	(44)	(97)	(141)
	-----	-----	-----
Total de arrendamentos a pagar	845	582	1.427
	=====	=====	=====

A movimentação dos arrendamentos a pagar é como segue:

	Controladora e consolidado		
	Imóveis	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	-	-
Adoção inicial IFRS 16/CPC 06 R2 (*)	1.820	465	2.285
-----	-----	-----	-----
Saldos em 1º de janeiro de 2019	1.820	465	2.285
Adições	-	51	51
Encargos	162	34	196
Pagamentos	(728)	(377)	(1.105)
-----	-----	-----	-----
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.254	173	1.427
=====	=====	=====	=====

(*) A Administração da Companhia optou pela abordagem de transição retrospectiva simplificada. Essa abordagem não impacta os lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial, uma vez que o montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar trazidos ao valor presente e possibilita a utilização de expedientes práticos.

Os efeitos no resultado em 31 de dezembro de 2019 são como segue:

	Controladora e consolidado
	2019
Arrendamentos pagos no exercício	1.105
Amortização de direitos de uso	(977)
Juros apropriados sobre arrendamentos	(196)
-----	-----
Total dos efeitos com a aplicação da norma IFRS 16	(68)
=====	=====

A Administração da Companhia considerou como componente de arrendamento somente o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, nos quais consideramos os prazos vigentes nos contratos. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de empréstimo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira. A taxa incremental de empréstimo corresponde à taxa de juros que a Companhia teria que pagar, caso contratasse financiamento para a aquisição de ativos similares aos direitos de uso, com valor similar, e sob as mesmas condições contratuais e econômicas do arrendamento.

16. PROVISÕES DIVERSAS

A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos e reclamações trabalhistas. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis.

A Companhia possui processos tributários e cíveis, cuja perda foi estimada como possível, no valor de R\$2.288 e R\$336, respectivamente (R\$816 e R\$76 respectivamente, em 31 de dezembro de 2018).

Os processos judiciais cuja perda foi estimada como provável são assim resumidos:

	Controladora e consolidado	
	2019	2018
Processos fiscais:		
INSS	593	827
PIS e COFINS (*)	-	702
Contribuição social (*)	-	791
Imposto de renda	1.075	1.075
IPTU (*)	-	38
Trabalhistas	335	531
Cíveis e outras	153	170
	-----	-----
	2.156	4.134
	=====	=====
 Depósitos judiciais relacionados		
aos processos acima	1.818	3.575
Outros depósitos judiciais	1.369	4.687
	-----	-----
	3.187	8.262
	=====	=====

(*) Processos cuja perda foi alterada para possível, conforme avaliação realizada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos.

INSS--Discussão administrativa referente a lançamento fiscal contra Companhia.

PIS e COFINS--A Companhia discute judicialmente o indeferimento de compensações de créditos presumidos de IPI e insumos integrados ao processo produtivo.

Contribuição social--Ação anulatória de débito fiscal contra a União Federal com o objetivo de desconstituir glosa de retenções de IR na fonte.

Imposto de renda--A Companhia questiona judicialmente a limitação de 30% nas compensações de prejuízos fiscais referentes ao ano calendário 1994.

IPTU--A Companhia é polo ativo em ação judicial questionando aumentos no valor do IPTU a partir do ano calendário 2014.

Trabalhistas--A Companhia é polo passivo em ações movidas por ex-funcionários e terceiros.

As movimentações do saldo das provisões diversas são apresentadas a seguir:

	Saldos em 2018	Adições	Baixas	Saldos em 2019
Processos fiscais:				
INSS	827	-	(234)	593
PIS e COFINS	702	-	(702)	-
Contribuição social	791	-	(791)	-
Imposto de renda	1.075	-	-	1.075
IPTU	38	-	(38)	-
Trabalhistas	531	69	(265)	335
Cíveis e outras	170	21	(38)	153
	-----	-----	-----	-----
	4.134	90	(2.068)	2.156
	=====	=====	=====	=====

17. RECUPERAÇÃO DE IMPOSTOS

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal decidiu no *leading case RE nº 574.706/PR*, (acórdão publicado em outubro de 2017) pela constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, em sede de repercussão geral.

Em maio de 2018, foi proferido acórdão pelo TRF da 1ª Região favorável à Companhia que, em juízo de retratação, deu provimento à apelação interposta, para determinar a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. O referido acórdão confere à Companhia o direito de restituir/compensar os tributos pagos indevidamente e o direito de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS a partir daquela data. Posteriormente, a Vice-Presidência do Tribunal Regional Federal da 1ª Região negou seguimento ao recurso extraordinário interposto pela União e, transcorrido o prazo legal, a ação transitou em julgado em 2019.

A Companhia, amparada pelo posicionamento dos seus assessores técnicos e legais, entendeu que os créditos tributários em questão passaram a representar um ativo efetivo e praticamente certo nos termos do Pronunciamento Conceitual Básico (R1) para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro e do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, deixando de ser um ativo contingente já em 2018.

Em dezembro de 2018, a Companhia reconheceu os créditos no valor de R\$82.236, referente ao período de outubro de 2001 a julho de 2017, registrados na rubrica “Impostos a recuperar”, que atualizados pelos juros legais, em 31 de dezembro de 2019 somam R\$83.485.

A Companhia está em processo de execução da sentença judicial.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais--A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, derivativos e não derivativos, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e descritas no quadro abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
ATIVOS FINANCEIROS--				
Custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	11.436	4.555	11.473	4.581
Duplicatas a receber	116.770	113.579	116.770	113.579
Outros créditos a receber (c)	2.069	25.920	2.159	25.920
Depósitos judiciais	3.187	8.262	3.187	8.262
Partes relacionadas	35.878	14.038	35.878	14.038
Outros créditos a receber (nc)	-	11.600	23	11.600
PASSIVOS FINANCEIROS--				
Custo amortizado:				
Empréstimos e financiamentos (c)	128.825	173.856	128.825	173.856
Fornecedores	42.359	17.430	42.378	17.451
Outras contas a pagar (c)	7.636	7.279	7.636	7.279
Empréstimos e financiamentos (nc)	89.386	112.828	89.386	112.828
Partes relacionadas	14.224	1.268	12.431	73

(c) circulante

(nc) não circulante

Os principais fatores de risco que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica, mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são inerentes a sua atividade e são endereçados pela Administração da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia utiliza e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

b) Valor justo--Os valores justos dos empréstimos e financiamentos aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações financeiras em função de que estão indexados por taxas flutuantes de juros (CDI), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros a Companhia estima que seus valores justos aproximam-se aos valores contábeis.

c) Classificação dos instrumentos financeiros--Com exceção dos instrumentos financeiros derivativos e determinados títulos e valores mobiliários, que são classificados como mensurados ao “valor justo por meio de resultado”, todos os ativos e passivos financeiros listados acima são classificados como mensurados ao “Custo Amortizado”. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados como “Mensurados ao valor justo por meio do resultado” e a parcela referente ao hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade possa ser mensurada, tem seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial e apresentados na demonstração do resultado abrangente.

d) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos e não derivativos:

d.1 - Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos--A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está

exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio, preços de commodities (algodão) e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento desses riscos é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados das empresas do grupo, advindas dessas variações.

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. Todos os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações financeiras da Companhia. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não havia operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

d.2 - Política de uso de derivativos--Conforme política interna, o resultado da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteger eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo tem como objetivo a redução da exposição aos riscos de mercado da Companhia.

d.3 - Risco de taxa de câmbio--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

d.3.1 - Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros na Companhia:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros sujeitos à exposição cambial da Companhia são como segue:

Instrumentos financeiros	Controladora	
	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	6.473	2.363
Duplicatas a receber	30.583	30.643
Outros créditos a receber	-	35.055
Fornecedores	(2.688)	(447)
Empréstimos e financiamentos	(18.286)	(36.600)
Outras contas a pagar	(1.522)	(1.560)
-----	-----	-----
Total da exposição em Reais	14.560	29.454
-----	-----	-----
Total da exposição em milhares de Dólares equivalentes	3.612	7.601
=====	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros acima, considerando os fluxos de recebimentos e pagamentos em dólares norte-americanos já contratados em 31 de dezembro de 2019 são como segue:

Vencimento	Risco	Valor da exposição US\$ mil	Cenários		
			Provável	II	III
2020	Baixa do Dólar	3.612	(36)	(3.667)	(7.298)
		=====	=====	=====	=====

Os valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à variação cambial passiva, portanto despesa.

O cenário “Provável” representa o resultado da variação cambial provável considerando-se o fluxo de caixa dos ativos e passivos acima detalhados, aplicando-lhes as taxas futuras de Dólares e comparando com a taxa do dólar no final do exercício atual. Para os cenários II e III, foi considerada uma variação das taxas futuras de Dólares em 25% e 50% respectivamente. As taxas futuras de dólares foram obtidas na B3.

d.4 - Risco de preços de commodities (algodão)--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações no preço do algodão, sua principal matéria-prima. O aumento do preço do algodão, de forma significativa pode acarretar aumento no custo de seu produto em prazo e montantes que a Companhia não consiga repassar ao mercado consumidor, reduzindo suas margens.

d.5 - Risco de taxa de juros--O caixa e equivalentes de caixa rendem aproximadamente o equivalente às taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI. Os passivos sobre os quais incidem juros equivalentes à CDI estão demonstrados na nota explicativa nº 11 e vencem substancialmente no curto prazo. Considerando-se os fluxos de caixa desses passivos e as taxas contratadas, a exposição às variações de mercado nas taxas de juros do CDI, para os empréstimos contratados são como segue:

Descrição	2019			2018	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,3% Contraparte: BDMG S.A. Vencimento: novembro/2019 (referência à nota explicativa nº 11)	-	-	-	-	9.032
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,3% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: abril/2022	15.843	28	-	15.871	16.449
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,3% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: abril/2022	18.106	32	-	18.138	18.799
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,3% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: abril/2022	20.369	36	-	20.405	21.148
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,3% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: abril/2022	18.106	33	(411)	17.728	18.050
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,3% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: abril/2022 (referência à nota explicativa nº 11)	9.677	19	-	9.696	10.014
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,3% Contraparte: Banco Safra S.A. Vencimento: fevereiro/2020	833	5	-	838	5.071
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,7% Contraparte: Banco Safra S.A. Vencimento: setembro/2019	-	-	-	-	7.510

Descrição	2019			2018	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,3% Contraparte: Banco Safra S.A. Vencimento: maio/2020	2.115	5	-	2.120	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,3% Contraparte: Banco Safra S.A. Vencimento: novembro/2020	5.000	26	-	5.026	-
(referência à nota explicativa nº 11)				7.984	12.581
Contrato de empréstimo -- Juros: 127,5% do CDI Contraparte: Banco do Brasil S.A. Vencimento: junho/2021	45.000	98	(1.093)	44.005	73.349
(referência à nota explicativa nº 11)				44.005	73.349
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,5% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: abril/2019	-	-	-	-	4.403
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,3% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: maio/2019	-	-	-	-	5.404
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,4% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: novembro/2019	-	-	-	-	3.231
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,5% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: junho/2020	4.333	16	-	4.349	13.061
(referência à nota explicativa nº 11)				4.349	26.099
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,3% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: dezembro/2019	-	-	-	-	15.063
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,0% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: fevereiro/2020	2.667	10	-	2.677	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,3% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: junho/2020	2.500	47	-	2.547	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,3% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: agosto/2020	4.667	10	-	4.677	-

Descrição	2019			2018	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,8% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: novembro/2020 (referência à nota explicativa nº 11)	1.833	2	-	1.835	-
				11.736	15.063
Contrato de empréstimo -- Juros: 166,3% do CDI Contraparte: Caixa Econômica Federal Vencimento: julho/2022 (referência à nota explicativa nº 11)	22.222	132	(511)	21.843	-
				21.843	-
	173.271	499	(2.015)	171.755	220.584
	=====	=====	=====	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos acima, considerando os fluxos de pagamentos do principal e juros em 31 de dezembro de 2019, é como segue:

Vencimento	Risco	Saldo médio do principal	Cenários		
			Provável	II	III
2020	Alta do CDI	132.634	8.917	10.543	12.033
2021	Alta do CDI	52.334	3.740	5.205	5.964
2022	Alta do CDI	15.093	447	702	809
		=====	=====	=====	=====

Os valores demonstrados nos cenários acima se referem à despesa de juros em seus respectivos cenários, considerando-se os saldos médios dos empréstimos naquele ano.

O cenário “Provável” representa o resultado da evolução da taxa de juros dos Certificados de Depósitos Bancários, considerando-se as taxas futuras do CDI e os vencimentos do principal e dos juros. Para os cenários II e III, foi considerado um aumento das taxas futuras do CDI em 25% e 50% respectivamente. As taxas de juros futuras do CDI foram obtidas na B3.

d.6 - Risco de crédito--A Companhia está sujeita ao risco de crédito com respeito aos equivalentes de caixa. Esse risco é mitigado pela política de aplicar os recursos disponíveis somente em instituições financeiras de grande porte.

O risco de crédito em duplicatas a receber é reduzido devido à seletividade dos clientes e a política de concessão de créditos. A Companhia possui um sistema de gestão de crédito baseado na combinação das informações oriundas de diversos departamentos da empresa, principalmente as áreas comercial, financeira, contábil, jurídica e fontes externas que abastecem o departamento de crédito e cobrança visando à estipulação de limites de crédito para os seus clientes que são aprovados por órgão colegiado.

d.7 - Gestão de liquidez--Os valores dos passivos financeiros da Companhia, de acordo com os vencimentos de seus fluxos de caixa, com base na data mais próxima de sua liquidação, e utilizando as taxas de juros nominais contratadas, podem ser resumidos como segue:

Obrigações contratuais	Total	Prazo de liquidação previsto		
		Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos
Empréstimos e financiamentos	235.911	140.777	94.290	844
Fornecedores	42.378	42.378	-	-
Arrendamentos a pagar	1.568	889	679	-
Partes relacionadas	12.431	-	12.431	-
	-----	-----	-----	-----
	292.288	184.044	107.400	844
	=====	=====	=====	=====

d.8 - Gestão de capital--A Companhia administra sua estrutura de capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais e ao mesmo tempo maximizar o retorno aos seus acionistas. A estratégia da Companhia permaneceu inalterada no período coberto por estas demonstrações financeiras. A dívida líquida consolidada da Companhia pode ser assim composta:

	2019	2018
Empréstimos e financiamentos	218.211	286.684
Caixa e equivalentes de caixa	(11.473)	(4.581)
	-----	-----
Total da dívida líquida	206.738	282.103
	-----	-----
Total do patrimônio líquido	288.242	277.613
	-----	-----
Total da dívida líquida e patrimônio líquido	494.980	559.716
	=====	=====

19. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de como alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. Tendo em vista que as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas em base consolidada, a Companhia concluiu que possui somente um segmento operacional.

A Companhia possui três fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem e acabamento de tecidos planos (brins) utilizados principalmente para o vestuário. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos.

A Administração da Companhia também gerencia seus negócios por região geográfica. As regiões de negócios destacadas são: Brasil e Outros países (Argentina e EUA, principalmente).

Abaixo a Companhia apresenta as informações consolidadas por região geográfica:

	Consolidado	
	2019	2018
Vendas líquidas:		
Brasil	391.341	375.189
Outros países	70.172	62.229
	-----	-----
	461.513	437.418
	=====	=====

20. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado por função. A seguir apresenta as despesas por natureza e a sua classificação por função.

Por natureza:

	Consolidado	
	2019	2018
Custo das matérias primas, materiais e serviços adquiridos de terceiros	(317.329)	(315.381)
Benefícios a empregados	(78.361)	(74.155)
INSS	(16.534)	(16.076)
Depreciação e amortização	(12.314)	(11.351)
Variação dos estoques de produtos acabados e em processo	(2.292)	22.124
Outros custos e despesas	(636)	(1.772)
	-----	-----
	(427.466)	(396.611)
	=====	=====

Por função:

	Consolidado	
	2019	2018
Custo dos produtos vendidos	(364.944)	(335.962)
Vendas	(37.757)	(36.031)
Gerais e administrativas	(21.066)	(21.024)
Honorários da administração	(3.699)	(3.594)
	-----	-----
	(427.466)	(396.611)
	=====	=====

21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	Consolidado	
	2019	2018
RECEITA OPERACIONAL:		
Vendas brutas	553.681	524.025
Deduções das vendas	(92.168)	(86.607)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	461.513	437.418

22. LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

O cálculo do lucro básico por ação foi calculado como segue:

	2019	2018
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	10.604	71.788
Resultado atribuído à:		
Ações ordinárias	10.232	69.268
Ações preferenciais	372	2.520
Número médio ponderado de ações:		
Ordinárias	38.041.111	38.041.111
Preferenciais	1.258.019	1.258.019
	-----	-----
	39.299.130	39.299.130
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO:		
Ações ordinárias – R\$	0,2690	1,8209
Ações preferenciais – R\$	0,2959	2,0030
	=====	=====

A Companhia não possui ações com potencial efeito dilutivo. Portanto, o lucro básico por ação é igual ao lucro diluído por ação.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Companhia esclarece que, em consonância com o disposto no CPC 24 - Eventos Subsequentes, com as atuais informações e dados a respeito do Coronavírus e o impacto em suas operações, não foram identificados neste momento, efeitos relevantes que podem impactar suas Demonstrações Financeiras, a continuidade dos negócios e/ou as estimativas contábeis.

Não obstante, a Companhia segue monitorando de forma diligente toda e qualquer informação a respeito do tema, e avaliará, de acordo com a evolução do mesmo, a necessidade de divulgação de fato relevante e/ou alteração das projeções e estimativas relacionadas aos riscos reportados no seu formulário de referência, de forma a deixar seus acionistas e o mercado informados acerca de mudanças de avaliação que tragam efeitos relevantes.

* * * * *